

FATORES PREDITIVOS DO TIPO DE RELATÓRIO DE AUDITORIA INDEPENDENTE*

PREDICTIVE FACTORS OF THE TYPE OF INDEPENDENT AUDIT REPORT

Copyright © 2021 Fipecafi. Todos os direitos reservados.

Recebido em: 28/10/2020. Modificações requeridas em: 25/02/2021. Aceito em: 15/09/2021.

DOI: <https://doi.org/10.53826/2763-7069.v2n1.2021.id13>

Ana Claudia Pimentel

Faculdade FIPECAFI - São Paulo (Brasil)
ac.souza.pimentel@gmail.com

Samuel de Oliveira Durso

Faculdade FIPECAFI - São Paulo (Brasil)
sodurso@gmail.com

RESUMO

A pesquisa objetivou identificar os fatores determinantes para a divulgação de um relatório com opinião modificada pelos auditores independentes. A fundamentação teórica do estudo centrou-se na relação de agência existente entre as empresas e os donos do capital, o que, em parte, justifica a necessidade do controle externo exercido pelos auditores independentes. Para responder a questão de pesquisa traçada pelo estudo, foram utilizadas 18 variáveis relacionadas a indicadores econômico-financeiros, de desempenho e de atuação de 748 entidades listadas no *ranking* da revista Melhores e Maiores do ano de 2016, primeiro exercício social com vigência da NBC TA 700. Do total de empresas da amostra, 10,7% apresentaram relatório com opinião modificada no referido período (com ressalva, opinião adversa ou abstenção de opinião). O método de análise de dados contou com a aplicação de regressões logísticas individuais para cada uma das variáveis analisadas. Os resultados da pesquisa evidenciam que nove variáveis abordadas pelo estudo foram, individualmente, estatisticamente significativas para a previsão da divulgação de um relatório com modificação de opinião pelos auditores independentes. Algumas dessas variáveis convergem para a evidência de que empresas maiores possuem menor probabilidade de apresentar um relatório com modificação de opinião pelos auditores independentes. Também foi possível identificar que quanto melhor a saúde econômico-financeira, mais provável será a apresentação de um relatório limpo pela auditoria. Os resultados da pesquisa estão em linha com evidências anteriores apresentadas pela literatura nacional e internacional e mostram-se úteis para analistas de mercados, empresas de auditoria e para pesquisadores, ao evidenciar fatores que ajudam a entender o resultado dos trabalhos executados pelos auditores independentes.

PALAVRAS-CHAVE: Auditoria Independente, Relatório de Auditoria, Indicadores Contábeis.

ABSTRACT

The research aimed to verify the determining factors for the disclosure of a modified audit report. The theoretical foundation of the study focused on the existing agency relationship between companies and owners of capital, which, in part, justifies the need for external control exercised by independent auditors. To answer the outlined research question, 18 variables were used. They are related to economic-financial, performance and performance indicators of 748 entities listed in the ranking of Melhores

* Apresentado no XV Congresso USP de Iniciação Científica em Contabilidade, 2018.

e Maiores magazine in 2016, the first fiscal year in which the term of NB TA 700 norm was used. From all the sample companies, 10.7% presented a modified audit report in the referred period (qualified, adverse, or disclaimer audit report). The data analysis method relied on the application of individual logistic regressions for each one of the analyzed variables. The research results show that nine variables addressed by the study are — individually — statistically significant in predicting the disclosure of a modified audit report by independent auditors. Some of these variables evidence that larger companies are less likely to present a modified audit report. It was also possible to identify that the better the economic and financial health, the more likely it will be to present a clean report by the external auditor. The results of the research are aligned with previous evidence presented by national and international literature and highlight factors that help to understand the result of independent auditors work. In this sense, they are useful for market analysts, auditing companies and researchers.

KEYWORDS: *Independent Audit, Audit Opinion, Accounting Indicators.*

1 INTRODUÇÃO

Entre os principais objetivos relacionados ao trabalho dos auditores independentes está a asseguuração da situação econômico-financeira e patrimonial das entidades auditadas (DAMASCENA; PAULO, 2013). Por meio de análise e validação minuciosa das demonstrações contábeis, a auditoria independente busca averiguar a fidedignidade dos saldos elaborados pela administração das organizações (ITO; NIYAMA; MENDES, 2008). Nesse contexto, o trabalho final dos auditores sinaliza para o mercado a qualidade dos demonstrativos contábeis. Um relatório limpo (entendido como aquele sem ressalvas, não adverso ou sem abstenção de opinião), passa a mensagem de que a entidade auditada possui informações contábeis confiáveis (SANTOS; SOUZA; MACHADO; SILVA, 2009).

Em diversas ocasiões nas quais as demonstrações contábeis apresentam falhas no processo de transparência organizacional, o papel dos auditores é questionado pelo mercado financeiro. Em famosos casos de fraude, esses profissionais divulgaram relatórios limpos para as entidades auditadas e, tempos depois, escândalos de corrupção foram descobertos e divulgados pela grande mídia (JAMAL; LIU; LUO, 2018; VELOSO; FERREIRA; MARQUES; AMARAL; SOUZA, 2015). Apesar de não ser objetivo dos trabalhos de auditoria independente a identificação de fraudes, situações como essas podem gerar crises no mercado e, ainda, questionamentos sobre a credibilidade dos auditores independentes (ARAÚJO, 2016).

Buscando gerar maior poder informacional para os relatórios de auditoria, a partir do exercício social de 2016, novas normas relacionadas com a divulgação dos relatórios dos auditores independentes entraram em vigor no Brasil, com destaque para a NBC TA 700, que trata sobre a formação de opinião e emissão do relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis. A partir de então, exigiu-se a apresentação de mais informações sobre os procedimentos realizados no processo de validação das informações contábeis. Nesse cenário, a pesquisa de Alves Júnior e Galdi (2020) identificou que o novo modelo do relatório de auditoria gera maior poder informacional ao mercado ao sinalizar os principais assuntos de auditoria tratado durante os trabalhos de revisão e análise das demonstrações contábeis.

Buscando contribuir com a evolução dos estudos da área, a questão de pesquisa que norteia a presente investigação foi a seguinte: quais os fatores determinantes para a divulgação de um relatório com modificação de opinião pelos auditores independentes? O objetivo da presente pesquisa é, portanto, identificar os

fatores determinantes para a divulgação de um relatório com opinião modificada pelos auditores independentes. Para atingir o objetivo proposto, o estudo analisa o impacto de indicadores econômico-financeiros, de desempenho e de atuação na probabilidade de divulgação de um relatório de auditoria independente com opinião modificada.

O presente estudo mostra-se útil tanto para a academia quanto para os praticantes da área contábil-financeira. Para a academia, ele contribui ao analisar a influência de indicadores econômico-financeiros na divulgação de relatórios com ressalvas, adversos ou com negativa de opinião (entendidos na investigação como relatórios não limpos). A literatura tem realizado estudos sobre os relatórios dos auditores independentes, porém, ainda não existe um consenso sobre a formação da opinião final dos auditores. Já do ponto de vista do mercado, o estudo se mostra importante ao discutir e apresentar ferramentas de predição do relatório dos auditores independentes, auxiliando no processo de tomada de decisão.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1. O Trabalho dos Auditores e a Teoria da Agência

A teoria da agência pode ser definida pela relação existente entre dois indivíduos, em que o primeiro (o agente) se compromete a tomar decisões para o segundo (o principal). Em contrapartida, o principal se compromete a remunerar o agente. Nessa relação, é esperado que o agente tome decisões pelo principal. Porém, os interesses entre eles podem ser distintos, fazendo com que o agente realize escolhas que não seriam as mesmas do principal. Esse evento é denominado pela literatura como conflito de agência (JENSEN; MECKLING, 1976).

Segundo Silva (2010), o conflito de agência ocorre entre a entidade e seus diversos interessados (*stakeholders*) na medida em que há a separação entre controle e propriedade. Nesse contexto, Mendes (2001, p.15) defende que a teoria da agência é:

um arcabouço teórico voltado para análise das relações entre participantes de sistemas em que a propriedade e o controle de capital são destinados a figuras distintas, dando espaço à formação de conflitos resultantes da existência de interesses diferenciados entre os indivíduos.

As demonstrações contábeis destinam-se a usuários externos, tais como: investidores, acionistas, fornecedores, financiadores e órgãos fiscalizadores. Para que essa prestação de contas tenha validade, contudo, torna-se necessária uma garantia adicional, o que é representado pelo trabalho do auditor independente enquanto um sistema de controle formal (ALVES JÚNIOR; GALDI, 2020).

Ao analisar e julgar as informações contábeis destinadas aos interessados supracitados, os auditores independentes agregam confiabilidade às informações e, portanto, auxiliam na tomada de decisões dos agentes externos às entidades (ATTIE, 2011). Pode-se dizer, assim, que a auditoria independente tem como objetivo aumentar a confiabilidade nas demonstrações financeiras das empresas auditadas, assegurando que as informações contábeis divulgadas ao mercado e interessados não apresentam distorções relevantes decorrentes de fraude ou erro (CFC, 2016a).

Boynton, Johnson e Kell (2002, p. 42) definem a auditoria como serviços de *assurance*, ou seja, “serviços profissionais independentes que melhoram a qualidade da informação, ou seu contexto, para tomadas de decisões”. *Assurance* significa

segurança e, segundo os autores, é exatamente o que os usuários buscam, quando leem o relatório do auditor. Para tal finalidade, existe uma estrutura normativa e regulamentar, que visa proporcionar maior qualidade aos serviços. Segundo Niyama, Costa, Dantas e Borges (2011, p. 130):

A estrutura normativa e regulamentar da atividade de auditoria assume papel relevante, em particular, quanto se discute sobre a qualidade dos serviços desenvolvidos. O pressuposto é que o ambiente regulatório deve propiciar o aperfeiçoamento das ações dos auditores, por reduzir os *gaps* de compreensão sobre a abrangência do trabalho, definir responsabilidades, estabelecer a abrangência mínima em cada trabalho, orientar sobre o padrão de pronunciamentos, definir referências para procedimentos, definir os requisitos profissionais a serem observados para garantir a independência e o ceticismo do auditor, delimitar mais claramente o que não pode ser feito por esses profissionais, entre outros aspectos.

O relatório emitido pelo auditor independente deve ser um elemento dentro das demonstrações que gere maior credibilidade ao mercado. Nessa perspectiva, esse documento mostra-se fundamental para que os usuários das informações financeiras realizem suas previsões sobre o resultado futuro da entidade e, portanto, sendo um essencial instrumento de comunicação com os agentes externos, ele se mostra útil para a redução das incertezas existentes na economia (CARVALHO, 1989).

A literatura sobre o assunto tem dispendido especial atenção, nas últimas décadas, no tocante às determinações da qualidade dos serviços de auditoria (DEIS JR; GIROUX, 1992, FRANCIS; YU, 2009, TEPALAGUL; LIN, 2015), que pode ser definida como a capacidade de o auditor descobrir e divulgar um problema relevante em seu auditado (DEIS JR; GIROUX, 1992). Dentre os principais resultados encontrados para a qualidade dos serviços de auditoria, tem-se encontrado correlação significativa com: i) o tipo de auditor (*Big N* versus não *Big N*), ii) a independência entre auditor e auditado (muitas vezes relacionada com a realização de serviços de consultoria em clientes auditados), iii) a remuneração cobrada pelo auditor independente, e iv) as características dos próprios auditados (CARCELLO; NAGY, 2004, TEPALAGUL; LIN, 2015).

De acordo com CFC (2016c), a opinião do auditor emitida nas demonstrações contábeis da auditada deve conter uma seção com o título “Opinião”, na qual o auditor irá apresentar sua opinião modificada se: i) concluir, com base em evidência de auditoria obtida, que as demonstrações contábeis tomadas em conjunto apresentam distorções relevantes; ou ii) não conseguir obter evidência de auditoria apropriada e suficiente para concluir que as demonstrações contábeis tomadas em conjunto não apresentam distorções relevantes.

O Quadro 1 apresenta as opiniões modificadas passíveis de ocorrências.

Quadro 1 - Tipos de modificação de opinião

Tipo	Explicação
Opinião com ressalva	O auditor deve expressar uma opinião com ressalva quando: (a) ele, tendo obtido evidência de auditoria apropriada e suficiente conclui que as distorções, individualmente ou em conjunto, são relevantes, mas não generalizadas nas demonstrações contábeis; ou (b) não é possível para ele obter evidência apropriada e suficiente de auditoria para fundamentar sua opinião, mas ele conclui que os possíveis efeitos de distorções não detectadas sobre as demonstrações contábeis, se houver, poderiam ser relevantes, mas não generalizados.

Quadro 1 - Tipos de modificação de opinião (continuação)

Opinião adversa	O auditor deve expressar uma opinião adversa quando, tendo obtido evidência de auditoria apropriada e suficiente, conclui que as distorções, individualmente ou em conjunto, são relevantes e generalizadas para as demonstrações contábeis.
Abstenção de opinião	O auditor deve abster-se de expressar uma opinião quando, em circunstâncias extremamente raras envolvendo diversas incertezas, ele conclui que, independentemente de ter obtido evidência de auditoria apropriada e suficiente sobre cada uma das incertezas, não é possível expressar uma opinião sobre as demonstrações contábeis devido à possível interação das incertezas e seu possível efeito cumulativo sobre essas demonstrações contábeis.

Fonte: CFC (2016c)

O auditor terá uma opinião não modificada ao concluir que “as demonstrações contábeis são elaboradas, em todos aspectos relevantes, de acordo com a estrutura de relatório financeiro aplicável” (CFC, 2016b, p. 3).

2.2 Estudos Empíricos

A pesquisa de Santos, Souza, Machado e Silva (2009) analisou 26 empresas que possuíam suas demonstrações financeiras elaboradas no Brasil e nos Estados Unidos, listadas na BM&FBovespa (atual B3) e NYSE, objetivando analisar as principais diferenças e semelhanças no conteúdo dos pareceres emitidos pelos auditores independente entre 2004 e 2006. O método de estudo utilizado foi o descritivo e comparativo, de natureza documental, analisando as demonstrações publicadas e a opinião do auditor por meio de uma abordagem quantitativa. A principal conclusão do estudo foi a de que existe alto grau de homogeneidade entre os pareceres brasileiros e americanos.

Damascena e Paulo (2013) estudaram a relação entre indicadores econômico-financeiro e a emissão do parecer do auditor com ressalva ou paragrafo de ênfase, a fim de identificar a existência de influência entre ambas. Para tanto, utilizaram uma base com 1.466 empresas listadas na BM&FBovespa (atual B3), aplicando o método de estimação *logit*. A pesquisa identificou como principais resultados que: i) as firmas classificadas como não *Big Four* emitem mais pareceres com ressalva e com paragrafo de ênfase, em relação às *Big Four*, e que ii) empresas com um saldo maior de financiamento a curto prazo tem maior chances de ter sua demonstração com ressalva e paragrafo de ênfase.

Veloso, Ferreira, Marques, Amaral e Souza (2015) realizaram uma pesquisa com o objetivo de identificar as modificações dos processos abertos pela CVM contra auditores no período de 2007 a 2013. Para tanto, utilizaram o método de natureza exploratória documental, com abordagem quali-quanti, analisando os auditores envolvidos e as infrações por eles cometidas. Os autores identificaram como infrações mais recorrente: (1) o descumprimento das regras aplicáveis à atividade de auditoria, (2) a não participação ou não obtenção de pontuação mínima no Programa de Educação Continuada e (3) irregularidades no relatório de auditoria emitido.

Tagesson e Öhman (2015) analisaram a capacidade de os auditores independentes da Suécia identificarem problemas de continuidade de seus clientes. Para isso, os autores analisaram uma amostra formada por informações de 2.547 empresas que decretaram falência em 2010 em decorrência da crise financeira internacional. Entre os principais resultados, os autores encontram evidências de que empresas do grupo *Big Four* possuíam maior capacidade de identificar os problemas de continuidade, assim como uma relação positiva entre a remuneração dos auditores

e a probabilidade de identificação do problema de continuidade. Não obstante, quando analisado dentro do grupo *Big Four*, os autores encontram diferenças entre as empresas no que tange a capacidade de identificação antecipada da solvência.

Alexandre e Mello (2017) tiveram como objetivo investigar se a regulação exercida pelo Estado nas companhias abertas de alguns setores específicos impacta na existência de maiores ou menores inconformidades nos relatórios dos auditores independentes. Para isso, os dados foram coletados diretamente nos relatórios dos auditores independentes dos exercícios de 2008 a 2010. A partir de análise descritiva e qualitativa, os autores encontram evidências de que os setores regulados apresentam menos casos de relatórios com inconformidades.

Alves Júnior (2020) buscou investigar se os Principais Assuntos de Auditoria (PAAs) contidos na divulgação anual das demonstrações financeiras padronizadas das companhias listadas trouxeram relevância informacional para os investidores. Para isso, os autores utilizam a metodologia quantitativa de análise de eventos a partir de dados de 314 empresas de capital aberto atuantes no Brasil. Como principais resultados, a pesquisa sinaliza que o novo conteúdo evidenciado no relatório dos auditores gerou melhoria no poder informacional das demonstrações contábeis, na medida em que houve aumento do retorno anormal acumulado das empresas da amostra após a divulgação dos PAAs.

A revisão dos estudos empíricos mostra, em primeiro lugar, que o relatório de auditoria é um documento que sofre influência de diversos fatores relacionados com o tipo de entidade, a saúde econômico-financeira das empresas auditadas, da qualidade dos serviços de auditoria e da capacidade técnica dos auditores. Também é possível notar que a literatura já encontra evidências de que as alterações introduzidas no relatório dos auditores independentes geraram melhorias para a qualidade da informação divulgada ao mercado. Dessa forma, o presente estudo visa contribuir com a discussão sobre o assunto, ao levantar evidências de fatores que podem auxiliar na previsão da emissão dos relatórios dos auditores independentes.

3 MÉTODO E TÉCNICA DE PESQUISA

A presente pesquisa pode ser caracterizada como quantitativa, explicativa e documental, cuja análise de dados se deu por meio de informações secundárias (MARTINS; THEÓPHILO, 2009). Para atingir o objetivo proposto no estudo, foram utilizadas as informações da base de dados da Revista Melhores e Maiores (M&M) referente ao exercício social de 2016, primeiro ano referente às exigências da NBC TA 700 para o novo relatório de auditoria independente. O acesso ao banco de dados se deu em setembro de 2017, após requisição pelos autores da pesquisa aos responsáveis pelas informações. Para a análise de dados, o presente estudo utilizou o software Stata13, tanto para a análise descritiva das variáveis quanto para a estimação dos modelos e testes de validação.

3.1 Base de Dados da Melhores e Maiores

A base utilizada para análise foi disponibilizada pela Revista M&M no segundo semestre de 2017. A revista tem por objetivo medir o desempenho de empresas individualmente, ou seja, não levam em consideração o balanço consolidado e sim o balanço individual de cada entidade. As empresas participantes devem se enquadrar numa série de critérios divulgados pela revista. Após as empresas passarem por essa primeira triagem de critérios, os profissionais realizam cálculos, como análise da evolução do desempenho financeiro, saúde financeira, participação de mercado

e produtividade de emprego, os quais despontuam as empresas, até chegar às 500 Melhores e Maiores.

A base disponibilizada para esta pesquisa possui informações de identificação das empresas (tais como: setor, CNPJ e nome), a classificação do relatório do auditor (com abstenção, adverso, com ênfase e limpo), informações contábeis e indicadores econômico-financeiro. A base completa possui 902 empresas, porém, 154 não possui nenhuma informação sobre o relatório do auditor e, portanto, foram excluídas da análise. Assim, a base de dados final do estudo possui 748 empresas. A Tabela 1 apresenta a distribuição do número de entidades por setor de atuação.

Tabela 1 - Empresas da amostra por setor de atuação

Setor	Nº de empresas	% Relativo
Energia	127	17,0%
Produção Agropecuária	64	8,6%
Serviços	54	7,2
Serviços de Saúde	54	7,2
Atacado	53	7,1
Bens de Consumo	49	6,6
Infraestrutura	48	6,4
Varejo	44	5,9
Química e Petroquímica	41	5,5
Transporte	34	4,5
Indústria da Construção	31	4,1
Siderurgia e Metalurgia	29	3,9
Farmacêutico	13	1,7
Outros	107	14,3
Total	748	100%

Fonte: Elaborado pelos autores

A Tabela 2 apresenta o número de empresas por tipo de relatório. Como é possível perceber, 67,8% das empresas da amostra do estudo apresentaram um relatório Limpo. Os relatórios com Ênfase, por sua vez, representam 21,5% da amostra. Dessa forma, o saldo restante (10,7%) ficou distribuído entre os relatórios com Ressalva (9,8%), com Abstenção (0,8%) e Adverso (0,1%).

Tabela 2- Frequência por tipo de relatório

Relatório	Frequência	% Relativo
Limpo	507	67,8%
Ênfase	161	21,5%
Ressalva	73	9,8%
Abstenção	6	0,8%
Adverso	1	0,1%
Total	748	100%

Fonte: Elaborado pelos autores

Os diferentes relatórios foram divididos em dois tipos, para a estimação do modelo proposto pela pesquisa: os relatórios com opinião modificada foram classificados com o valor 1 (um). Dentro desse grupo estão os que apresentaram “Abstenção”, “Adverso”

e “Ressalva”. Já os relatórios divulgados com Ênfase e Limpo, foram considerados como adequados e, portanto, receberam o valor de 0 (zero). Essa classificação seguiu o entendimento presente nas normas do CFC aplicadas à auditoria independente, as quais foram apresentadas no capítulo de revisão da literatura.

3.2 Modelo Econométrico

Para a estimação do modelo preditivo sobre o relatório modificado dos auditores independentes, utilizou-se regressões logísticas individuais. Essa técnica econométrica de análise multivariada é apropriada e amplamente utilizada quando se estuda eventos podem ser transformados em binários, tais como “falido” e “não falido”, “concluente” e “não concluente” e “opinião modificada” e “opinião não modificada”. A regressão logística objetiva gerar uma função matemática cuja resposta possibilita que seja estabelecida a probabilidade de ocorrência do fenômeno sob estudo (CORRAR; PAULO; DIAS FILHO, 2007). Na presente pesquisa busca-se, portanto, estimar um modelo que permita identificar, por meio de informações contábeis a probabilidade de o relatório do auditor apresentar uma opinião modificada.

O Quadro 2 apresenta as variáveis existentes no banco de dados da M&M e que foram utilizadas para estimar o modelo econométrico da pesquisa.

Quadro 2 - Variáveis do modelo econométrico

Variável	Tipo	Descrição
Relatório	Dependente	Variável dicotômica cujo valor é 0, caso o relatório tenha sido limpo ou com ênfase, e 1, caso seja adverso, com abstenção ou ressalva
Tipoauditor	Independente	Variável dicotômica cujo valor é 0, caso o auditor independente não pertença ao grupo conhecido como <i>Big Four</i> , e 1, caso pertença
Setor	Independente	Variável dicotômica cujo valor é 0, caso o setor não for de energia, e 1, caso seja
Posio2016	Independente	Variável contínua obtida pela razão do número da posição no <i>ranking</i> por mil
Logreceita	Independente	Variável contínua obtida pelo logaritmo da receita líquida em US\$ mil
Crescimento	Independente	Variável contínua que representa o crescimento, em percentual, da empresa de 2015 para 2016 em relação ao faturamento
Logllajustado	Independente	Variável contínua obtida pelo logaritmo do lucro líquido ajustado em US\$ mil
Rentajustada	Independente	Variável contínua relacionada com a rentabilidade ajustada, obtida pela razão entre o lucro líquido ajustado e o patrimônio líquido ajustado
Liqgeral	Independente	Variável contínua relacionada com o índice de liquidez geral
Endgeral	Independente	Variável contínua relacionada com o índice de endividamento geral
Endlp	Independente	Variável contínua relacionada com o índice de endividamento de longo prazo
Ebtidaat	Independente	Variável contínua obtida pela divisão do obtida pelo ativo total
Liqcorrente	Independente	Variável contínua relacionada com o índice de liquidez corrente
Logat	Independente	Variável contínua obtida pelo logaritmo do ativo total em US\$ mil

Quadro 2 - Variáveis do modelo econométrico (continuação)

Cclat	Independente	Variável contínua obtida pela divisão entre o capital circulante líquido e o ativo total
Acat	Independente	Variável contínua obtida pela divisão do ativo circulante com o ativo total
Liqimediata	Independente	Variável contínua relacionada ao índice de liquidez imediata
Margemdasvendas	Independente	Variável contínua representada pelo percentual da margem obtida pelas vendas
Girodoativo	Independente	Variável contínua relacionada com índice de giro do ativo

Fonte: Elaborado pelos autores

Como é possível perceber pela análise do Quadro 2, ao todo, foram utilizadas 18 variáveis independentes para responder à questão de pesquisa traçada pelo estudo. Desse total, duas são dicotômicas e as demais são variáveis contínuas.

A variável relacionada ao tipo de auditor busca captar o efeito atrelado ao tipo de empresa que reporta a informação contábil. Empresas auditadas por Big Four tendem a ter controles mais desenvolvidos influenciando positivamente na qualidade da informação contábil (DAMASCENA; PAULO, 2013; OLIVEIRA; NAKAO; NARDI, 2017; SANTOS; SOUZA; MACHADO; SILVA, 2009). Assim, tendo em vista a mensuração dessa variável *dummy*, espera-se uma relação inversamente proporcional entre a ser auditado por empresas que pertencem ao grupo Big Four (PwC, EY, Deloitte e KPMG) e a emissão de um relatório não limpo.

Para a variável relacionada ao setor de atuação da empresa, considera-se que a proximidade com o agente regulador pode impactar a qualidade da informação contábil, na medida em que exige maiores controles internos (KESSLER, 2006, LÉLIS; PINHEIRO, 2012). Assim, considerando que o setor de energia elétrica é altamente regulado, o que tende a gerar informações contábeis com maior qualidade (ALEXANDRE; MELLO, 2017), espera-se uma relação inversamente proporcional entre pertencer a esse setor e ter um relatório de auditoria independente não limpo.

As variáveis relacionadas com o tamanho da entidade, em especial, buscam captar a influência da complexidade organizacional na emissão de relatórios não limpos. A literatura indica que empresas de menor porte tendem a apresentar controles internos menos desenvolvidos, o que impacta na qualidade da informação gerada pela entidade (DOYLE; GE; MCVAY, 2007, JOKIPII, 2010). Assim, para a variável relacionada ao ativo total e à receita espera-se uma relação inversamente proporcional com a probabilidade de emissão de relatório não limpo.

Todas as demais variáveis trabalhadas pela pesquisa buscam captar a saúde econômico-financeira das empresas. Empresas com melhores indicadores de saúde econômico-financeira tendem a apresentar relatórios sem ressalva (CARSON et al., 2013; SOUZA; MACHADO; SILVA, 2009). Assim, espera-se que haja uma relação inversamente proporcional entre a saúde econômico-financeira apresentada pelo índice e a emissão de relatório adverso, abstenção ou ressalva.

4 APRESENTAÇÃO DOS RESULTADOS E DISCUSSÃO

4.1 Análise Descritiva

Conforme apresentado no capítulo de metodologia, a base de dados da pesquisa foi composta por 748 empresas listadas na M&M referente ao exercício social de 2016, primeiro ano de vigência da NBC TA 700. A Tabela 3 apresenta a análise descritiva construída para cada uma das variáveis criadas a partir do banco de dados do estudo.

Como é possível perceber, três das 19 variáveis construídas são dicotômicas.

A primeira delas, “Relatório” representa a variável explicada do estudo e recebeu o valor 1 para os casos em que os relatórios do auditor independente possuem modificação de opinião (abstenção, adverso ou com ressalva) e 0, caso contrário (ênfase e limpo). A segunda variável dicotômica “Tipoauditor” representou 1 para os casos em que o auditor independente pertence ao grupo *Big Four* e 0, caso contrário. De acordo com a revisão da literatura, é esperado que as empresas do grupo *Big Four* emitam menos relatórios com modificação de opinião (SANTOS; SOUZA; MACHADO; SILVA, 2009).

Tabela 3- Análise descritiva das variáveis do estudo

Variável	Nº Obs.	Média	Desvio Padrão	Mínimo	Máximo
Relatório	748	0,1070	0,3093	0	1
Tipoauditor	748	0,7072	0,4553	0	1
Setor	748	0,1698	0,3757	0	1
Posição2016	748	0,5156	0,2840	0,0010	0,9990
Logreceita	748	5,6412	0,4120	5,1476	7,8446
Crescimento	702	1,1139	72,5322	-65,1170	1849,8490
Loglajustado	744	0,0442	0,1192	-0,7852	0,8243
Rentajustada	692	9,6829	25,7817	-279,6430	123,8040
Liqgeral	745	1,0812	0,8820	0,0216	11,2013
Endgeral	748	62,5057	35,6166	3,8440	605,4850
Endlp	748	27,1275	22,8681	0,0000	176,2070
Ebtidaat	746	0,1079	0,1343	-0,8704	1,0099
Liqcorrente	745	1,4929	1,1520	0,0211	15,7466
Logat	748	5,7036	0,5864	4,2624	8,3400
Cclat	745	0,0736	0,2927	-4,7908	0,7783
Acat	748	0,4291	0,2466	0,0003	0,9978
Liqimediata	748	1,5046	1,1799	0,0211	15,7466
Margemdasvendas	744	4,7308	25,7963	-330,9490	140,1670
Girodoativo	748	1,3697	1,8162	0,0169	22,1410

Fonte: Elaborado pelos autores

Por fim, a variável “Setor” apresentou o valor 1 para as empresas do setor de energia e 0, caso contrário. Conforme apresentado na Tabela 1, a grande parte das empresas da amostra pertencem ao setor de energia. Esse setor é marcado por uma alta regulação estatal, fazendo com que os controles internos dessas empresas sejam mais desenvolvidos (KESSLER, 2006, LÉLIS; PINHEIRO, 2012) e, portanto, espera-se que haja menos relatórios dos auditores independentes com modificação de opinião para essas empresas. Ainda pela análise da Tabela 3, é possível notar que todas as demais variáveis do estudo (17) são do tipo contínua. Algumas variáveis contínuas apresentaram *missing data*. A variável com mais dados faltantes é a “Rentajustada”, que apresenta 692 observações (56 *missings*).

Por meio da Tabela 3, é possível identificar, também, que algumas variáveis apresentam desvio padrão elevado em relação à média, como “Crescimento”, “loglajustado”, “Rentajustada”, “Ebtidaat”, “Cclat”, “Margemdasvendas” e “Girodoativo”. Essa situação evidencia a heterogeneidade da amostra que apresenta empresas de diversos tamanhos, setores e áreas de atuação e que, portanto, possuem estrutura

patrimonial e financeira diversas. Para todas essas variáveis relacionadas com a saúde econômico-financeira das organizações, espera-se encontrar uma relação estatisticamente significativa com a probabilidade de emissão de relatório com modificação de opinião pelos auditores independentes. Isso porque, essas variáveis são indicadores solvência e, portanto, estão diretamente relacionadas com a emissão de relatórios com modificação de opinião (IRELAND, 2003, SANTOS; SOUZA; MACHADO; SILVA, 2009, CARSON et al., 2013, TAGESSON; ÖHMAN, 2015, IUDÍCIBUS, 2017).

4.2 Discussão dos Resultados

Visando analisar os fatores que podem ser determinantes para a divulgação de um relatório com opinião modificada pelos auditores independente, estimaram-se 19 regressões logísticas simples pelo programa estatístico Stata13. A Tabela 4 apresenta todas as estimações obtidas para a variável dependente “Relatório”.

Tabela 4- Regressões logísticas individuais

Variáveis	Coeficiente	Razão de Chance	P-valor	Nº de obser- vações	Resultado Esperado
Setor	-0,8258 (0,4083)	0,4379 (0,1788)	0,043	748	-
Posição2016	1,6459 (0,4481)	5,1857 (2,3237)	0,000	748	+
Logreceita	-1,3509 (0,3871)	0,2590 (0,1003)	0,000	748	-
Crescimento	0,0004 (0,0013)	1,0004 (0,0013)	0,764	702	-
Loglajustado	-2,2531 (0,8756)	0,1051 (0,0920)	0,01	744	-
Rentajustada	-0,0070 (0,0041)	0,9930 (0,0040)	0,083	692	-
Endgeral	0,0059 (0,0026)	1,0060 (0,0026)	0,023	748	+
Endlp	0,0029 (0,0049)	1,0029 (0,0050)	0,553	748	+
Ebtidaat	-1,3615 (0,8877)	0,2568 (0,2275)	0,125	746	-
Liqgeral	-0,5031 (0,1464)	0,9509 (0,1392)	0,731	745	-
Liqcorrente	-0,2370 (0,1472)	0,7890 (0,1162)	0,107	745	-
Tipoauditor	-0,7740 (0,2409)	0,4612 (0,1111)	0,001	748	-
Logat	-0,7012 (0,2249)	0,4960 (0,1116)	0,002	748	-
Cclat	-0,8531 (0,3654)	0,4261 (0,1557)	0,020	745	-
Acat	-0,0264 (0,4804)	0,9739 (0,4679)	0,956	748	-
Liqmediata	-0,2017 (0,1382)	0,8173 (0,1130)	0,144	748	-

Tabela 4 - Regressões logísticas individuais (continuação)

Margemdasvendas	-0,0094 (0,0037)	0,9906 (0,0036)	0,010	744	-
Girodoativo	0,0942 (0,0495)	1,0988 (0,0544)	0,057	748	-

Fonte: Elaborado pelos autores

Os resultados das regressões individuais apresentados na Tabela 4 indicam que 9 variáveis apresentaram significância estatística ao nível de 5%, a saber: “Setor”, “Posição2016”, “Logreceita”, “Loglajustado”, “Endgeral”, “Tipoauditor”, “Logat” “Cclat”, e “Margemdasvendas”. Torna-se importante frisar que, em função das regressões logísticas estimadas serem individuais, não houve a necessidade de proceder com testes de multicolinearidade. Além disso, como a variância constante dos resíduos não é um pressuposto das regressões logísticas (HELLVIK, 2009), não foi necessário calcular o teste de heterocedasticidade. A análise de significância das variáveis pautou-se exclusivamente no p-valor apresentado para os coeficientes encontrados.

Conforme especificado anteriormente, o setor de energia elétrica possui alta regulação, por parte do Estado, o que contribui para a melhoria dos controles internos dessas organizações (KESSLER, 2006, LÉLIS; PINHEIRO, 2012). O resultado obtido para a estimação da variável “Setor” está em linha com essa perspectiva, ao mostrar um coeficiente negativo. Pode-se dizer, portanto, que as empresas do setor de energia elétrica possuem uma probabilidade de receber um relatório com modificação de opinião 0,5621 menor do que as empresas dos demais setores.

A variável “Posição2016” refere-se à colocação que as empresas da amostra obtiveram no *ranking* da M&M de 2016. Quanto menor o valor dessa variável, melhor colocada estava a empresa. Assim, o resultado positivo obtido mostra que as empresas mais bem colocadas no *ranking* possuem uma menor probabilidade de receber um relatório com modificação de opinião por parte dos seus auditores. Isso está em linha com os achados da literatura, tendo em vista que a classificação da M&M coloca no topo as empresas que, entre outros fatores, apresentaram excelente desempenho econômico-financeiro no período.

As variáveis “Logreceita” e “Logat” podem ser entendidas como proxies para o tamanho das organizações. Quanto maior o valor obtido para essas variáveis maior são as empresas. Assim, o resultado indicado pela estimação dessas variáveis (para ambas foram encontrados coeficientes negativos e significativos ao nível de 5%) mostra que empresas menores possuem maior probabilidade de apresentar um relatório dos auditores independentes com modificação de opinião. De acordo com a literatura, empresas menores tendem a apresentar controles internos mais fracos (DOYLE; GE; MCVAY, 2007, JOKIPII, 2010), o que contribui de diversas formas para um relatório com modificação de opinião.

As variáveis “Loglajustado”, “Cclat” e “Margemdasvendas”, todas significativas a nível de 5%, mostraram resultados similares. Para todas elas, valores maiores indicam melhor desempenho econômico-financeiro. Nesse contexto, o valor negativo obtido para o coeficiente de suas respectivas regressões indica que empresas com melhores condições econômicas e financeiras apresentam menor probabilidade de apresentar um relatório com modificação de opinião, o que está em linha com os resultados evidenciados pela literatura (CARSON et al., 2013; SOUZA; MACHADO; SILVA, 2009).

A variável “Endgeral” também apresentou resultado significativo ao nível

de 5%. Ela indica o nível de endividamento das organizações e, portanto, pode ser entendida como uma *proxy* para solvência. Assim, tendo em vista o sinal positivo obtido para a estimação, pode-se dizer que quanto mais endividada estiver a empresa maior será a sua probabilidade de receber um relatório com modificação de opinião pelos auditores independentes, o que está em linha com os achados da literatura (IRELAND, 2003; TAGESSON; ÖHMAN, 2015).

Já a variável, “Tipoadutor”, conforme apontava pesquisas anteriores (DAMASCENA; PAULO, 2013; OLIVEIRA; NAKAO; NARDI, 2017; SANTOS; SOUZA; MACHADO; SILVA, 2009), indica que há uma maior probabilidade das empresas não pertencentes ao grupo *Big Four* emitirem um relatório com modificação de opinião. O coeficiente dessa variável foi negativo e sua razão de chance igual a 0,4612. Assim, pode-se dizer que uma empresa auditada por uma *Big Four* apresenta uma probabilidade 0,5388 menor de apresentar um relatório com modificação de opinião. Acredita-se que esse resultado reflete a própria lógica existente no mercado. Os clientes das *Big Four* tendem a ser empresas de maior porte, capital aberto e com maior governança e, conseqüentemente, com controles internos mais desenvolvidos (DEFOND; ERKENS; ZHANG, 2017; LAWRENCE; MINUTTI-MEZA; ZHANG, 2011). Nesse contexto, é justificável que as empresas auditadas por não *Big Four* (menores, familiares, mais jovens etc.) tenham maior probabilidade de apresentar um relatório com modificação de opinião.

5 CONCLUSÃO

A auditoria possui um papel importante para o mercado econômico-financeiro, caracterizado pela emissão do relatório do auditor independente. Por meio de uma análise e validação minuciosa das demonstrações contábeis, a auditoria independente busca verificar a veracidade e adequação, em todos os aspectos relevantes, da posição patrimonial e financeira das demonstrações contábeis das auditadas. Em última instância, os auditores independentes apresentam um importante papel para a garantia da redução da assimetria de informação existente no mercado.

Nesse contexto, o presente estudo teve como objetivo identificar os fatores determinantes para a divulgação de um relatório com opinião modificada pelos auditores independentes. Para isso, foram analisadas as características e informações econômico-financeiras de 748 empresas ranqueadas na revista M&M de 2016, primeiro ano de adoção da NBC TA 700 que orienta para a emissão do relatório de auditoria.

A pesquisa verificou, a partir de evidências empíricas, que existe correlação significativa entre indicadores econômico-financeiros e variáveis contábeis com a probabilidade da emissão de um relatório com modificação de opinião pelos auditores independentes. Dentre as constatações, foi possível encontrar significância para variáveis relacionadas ao setor de atuação das empresas; à posição no *ranking* da M&M de 2016 (uma *proxy* para desempenho econômico-financeiro); à receita e ao ativo total (ambas as variáveis relacionadas com o tamanho da organização); ao lucro líquido ajustado, endividamento geral, capital circulante líquido e margem de vendas (todas essas relacionadas com o desempenho econômico-financeiras das entidades); e ao tipo de auditor independente (*Big Four* versus não *Big Four*).

Conforme apresentado na análise dos resultados, as evidências da pesquisa estão em linha com os achados da literatura e indicam que quanto melhor o desempenho econômico-financeiro das organizações, menor é a sua probabilidade de apresentar um relatório dos auditores independentes com modificação de opinião. Além disso, encontrou-se evidências de que a regulação de determinados setores pode reduzir a

probabilidade de o auditor independente emitir um relatório com opinião modificada. Acredita-se que esse achado decorre, sobretudo, do papel que a regulação econômica gera no desenvolvimento de controles internos das entidades reguladas. Por fim, os resultados da pesquisa mostram que o tipo de auditor independente (*Big Four* ou não *Big Four*) também é determinante na probabilidade de o relatório emitido ser com opinião modificada. Conforme discutido anteriormente, acredita-se que esse resultado reflita o nicho de mercado que essas empresas atuam, sendo as *Big Four* mais presentes em empresas de maior porte, de capital aberto e com melhores políticas de governança.

A pesquisa apresenta como principal limitação o fato de analisar os dados apresentados por empresas em um único ano (ou seja, dados *cross section*). Ao utilizar informações referentes apenas a um período, pode-se perder poder explicativo das variáveis analisadas. Assim, para pesquisas futuras, torna-se interessante comparar, ao longo do tempo, fatores que influenciam na emissão do relatório de auditoria independente. Além disso, também pode ser relevante conduzir pesquisas de natureza qualitativa sobre a temática, com o intuito de captar os conflitos existentes no processo de auditoria que precedem a divulgação do relatório de auditoria.

Esta pesquisa mostra-se útil na medida em que auxilia nos fatores preditivos do relatório de auditoria independente para o mercado financeiro e de capitais. Os usuários das demonstrações contábeis poderão utilizar os achados desta pesquisa para realizar suas projeções futuras. Além disso, os resultados também se mostram úteis para as empresas auditadas, na medida em que destaca fatores correlacionados com a emissão de relatórios com e sem modificação de opinião. Por fim, a pesquisa contribui para o avanço da literatura ao analisar, empiricamente, os determinantes da emissão dos relatórios dos auditores independentes em uma grande amostra de empresas brasileiras.

REFERÊNCIAS

ALEXANDRE, N. O.; MELLO, L. C. O. Inconformidades nos relatórios dos auditores independentes: estudo dos setores regulados e não regulados brasileiros. **Revista de Auditoria Governança e Contabilidade**, v. 5, n. 20, p. 16-32, 2017.

ALVES JÚNIOR, E. D.; GALDI, F. C. Relevância informacional dos principais assuntos de auditoria. **Revista Contabilidade & Finanças**, v. 31, n. 82, p. 67-83, 2020.

ARAÚJO, A. S. M. **Responsabilidade social e ética dos auditores na detecção e prevenção de fraude**. 2016. 91f. Dissertação (Mestrado em Auditoria). Instituto Superior de Contabilidade e Administração do Porto, Porto, Portugal, 2016.

ATTIE, W. **Auditoria conceitos e aplicações**. São Paulo: Atlas, 2011.
BOYNTON, W. C., JOHNSON, R. N., KELL, W. G. **Auditoria**. São Paulo: Atlas, 2002.

CARSON, E.; FARGHER, N. L.; GEIGER, M. A.; LENNOX, C. S.; RAGHUNANDAN, K.; WILLEKENS, M. Audit reporting for going-concern uncertainty: a research synthesis. **Auditing: A Journal of Practice & Theory**, v. 32, n. 1, p. 353-384, 2013.

CARCELLO, J. V.; NAGY, A. L. Client size, auditor specialization and fraudulent financial reporting. **Managerial Auditing Journal**, v. 19, n. 5, p. 651-668, 2004.

CARVALHO, L. N. G. **O parecer dos auditores independentes sobre demonstrações contábeis no Brasil**: estudo das limitações ao seu poder de comunicação. 100f. Dissertação (Mestrado em Controladoria e Contabilidade), Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo, São Paulo, 1989.

CFC – Conselho Federal de Contabilidade. **NBC TA 200 (R1)**: Objetivos gerais do auditor independente e a condução da auditoria em conformidade com normas de auditoria. 2016a. Recuperado de: [http://www1.cfc.org.br/sisweb/SRE/docs/NBCTA200\(R1\).pdf](http://www1.cfc.org.br/sisweb/SRE/docs/NBCTA200(R1).pdf), em 27 de outubro de 2020.

CFC – Conselho Federal de Contabilidade. **NBC TA 700**: Formação da opinião do relatório de auditor independente sobre as demonstrações contábeis. 2016b. Recuperado de: <http://www1.cfc.org.br/sisweb/SRE/docs/NBCTA700.pdf>, em 27 de outubro de 2020.

CFC – Conselho Federal de Contabilidade. **NBC TA 705**: Modificações na opinião do auditor independente. 2016c. Recuperado de: <http://www1.cfc.org.br/sisweb/SRE/docs/NBCTA705.pdf>, em 27 de outubro de 2020.

CORRAR, L. J.; PAULO, E.; DIAS FILHO, J. M. **Análise multivariada para os cursos de Administração, Ciências Contábeis e Economia**. 1ed. São Paulo: Atlas, 2007.

DAMASCENA, L. G.; PAULO, E. Pareceres de auditoria: um estudo das ressalvas e parágrafos de ênfase constantes nas demonstrações contábeis das companhias abertas brasileiras. **Revista Universo Contábil**, v. 9, n. 3, p. 104-127, 2013.

DEFOND, M.; ERKENS, D. H.; ZHANG, J. Do client characteristics really drive the big N audit quality effect? New evidence from propensity score matching. **Management Science**, v. 63, n. 11, p. 3628-3649, 2017.

DEIS JR., D. R.; GIROUX, G. A. Determinants of audit quality in the public sector. **The Accounting Review**, v. 67, n. 3, p. 462-479, 1992.

DOYLE, J.; GE, W.; MCVAY, S. Determinants of weaknesses in internal control over financial reporting. **Journal of Accounting and Economics**, v. 44, n. 1-2, 193-223, 2007.

FRANCIS, J. R.; YU, M. D. Big 4 office size and audit quality. **The Accounting Review**, v. 84, n. 5, p. 1521-1552, 2009.

HELLVIK, O. Linear versus logistic regression when the dependent variable is a dichotomy. **Quality & Quantity**, v. 43, p. 59-74, 2009.

ITO, E. Y. H.; NIYAMA, J. K.; MENDES, P. C. M. Controle de qualidade dos serviços de auditoria independente: um estudo comparativo entre as normas brasileiras e as

normas internacionais. **Contabilidade, Gestão & Governança**, v. 11, n. 1-2, p. 312-328, 2008.

IRELAND, J. C. An empirical investigation of determinants of audit reports in the UK. **Journal of Business Finance & Accounting**, v. 30, n. 7, p. 975-1015, 2003.

IUDÍCIBUS, S. **Análise de balanços**. 11ed. São Paulo: Atlas, 2017.

JAMAL, K.; LIU, Q.; LUO, L. Do Big 4 firms benefit or suffer losses when another Big 4 firm fails to detect fraud?. **Asia-Pacific Journal of Accounting & Economics**, v. 25, n. 1-2, p. 1-20, 2018.

JENSEN, M. C.; MECKLING, W. H. Theory of firm: managerial behavior, agency and ownership structure. **Journal of Financial and Economics**, v. 3, n. 4, p. 305-360, 1976.

JOKIPII, A. Determinants and consequences of internal control in firms: a contingency theory based analysis. **Journal of Management & Governance**, v. 14, n. 2, p. 115-144, 2010.

KESSLER, M. R. **A regulação econômica no setor elétrico brasileiro: teoria e evidências**. 170f. Dissertação (Mestrado Profissional em Economia). Programa de Pós-Graduação em Economia da Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, Brasil, 2006.

LAWRENCE, A.; MINUTTI-MEZA, M.; ZHANG, P. Can big 4 versus non-big 4 differences in audit-quality proxies be attributed to client characteristics? **The Accounting Review**, v. 86, n. 1, p. 259-286, 2011.

LÉLIS, D. L. M.; PINHEIRO, L. E. T. Percepção de auditores e auditados sobre as práticas de auditoria interna em uma empresa do setor energético. **Revista Contabilidade & Finanças**, v. 23, n. 60, p. 212-222, 2012.

MARTINS, G. A.; THEÓPHILO, C. R. **Metodologia de investigação científica para ciências sociais aplicadas**. 2ed. São Paulo: Atlas, 2009.

MENDES, A. P. S. **Teoria da agência aplicada à análise de relações entre os participantes dos processos de cooperação tecnológica universidade-empresa**. 2001. 260f. Tese (Doutorado em Administração), Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo, São Paulo, Brasil, 2001.

NIYAMA, J. K.; COSTA, F. M.; DANTAS, J. A.; BORGES, E. F. Evolução da regulação da auditoria independente no Brasil: análise crítica, a partir da teoria da regulação. **Advances in Scientific and Applied Accounting**, v. 4, n. 2, p. 127-161, 2011.

OLIVEIRA, N. C.; NAKAO, S. H.; NARDI, P. C. C. Análise da influência das firmas de auditoria na divulgação de informações em notas explicativas. **BASE – Revista de Administração e Contabilidade da Unisinos**, v. 14, n. 2, p. 139-154, 2017.

SANTOS, A. C.; SOUZA, M. A.; MACHADO, D. G.; SILVA, R. P. Auditoria

independente: um estudo dos pareceres emitidos sobre demonstrações contábeis de empresas brasileiras listadas na Bovespa e na NYSE. **Revista Universo Contábil**, v. 5, n. 4, p. 44-62, 2009.

SILVA, S. P. **Auditoria independente no Brasil**: evolução de 1997 a 2008 e fatores que podem influenciar a escolha de um auditor pela empresa auditada. 2010. 149f. Dissertação (Mestrado em Controladoria e Contabilidade), Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo, São Paulo, Brasil, 2010.

TAGESSON, T.; ÖHMAN, P. To be or not to be – auditors' ability to signal going concern problems. **Journal of Accounting & Organization Change**, v. 11, n. 2, p. 175-192, 2015.

TEPALAGUL, N.; LIN, L. Auditor independence and audit quality. **Journal of Accounting, Auditing & Finance**, v. 30, n. 1, p. 101-121, 2015.

VELOSO, A. C. C.; FERREIRA, C. O.; MARQUES, V. A., AMARAL, H. F.; SOUZA, A. A. Auditando os auditores: motivações dos processos contra auditores junto à comissão de valores mobiliários no período de 2007-2013. **Revista de Auditoria Governança e Contabilidade**, v. 3, n. 6, p. 46-60, 2015.

SOBRE OS AUTORES:



Ana Claudia Pimentel

Bacharela em Ciências Contábeis pela Faculdade FIPECAFI. Possui experiência com auditoria externa.



Samuel de Oliveira Durso

Bacharel em Ciências Econômicas pela Universidade Federal de Minas Geral (UFMG), Mestre em Ciências Contábeis, também pela UFMG, e Doutor em Controladoria e Contabilidade pela Universidade de São Paulo (USP). Tem experiência com auditoria externa e interna. Atua como professor e pesquisador do núcleo permanente do Mestrado Profissional da Faculdade FIPECAFI.